

Memória social, informação e identidade em narrativas migrantes

Uiara Lopes Miranda ¹

<https://orcid.org/0000-0001-5859-1964>

Fabício José Nascimento da Silveira ¹

<https://orcid.org/0000-0002-0446-3913>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Este artigo analisa o modo como narrativas migrantes venezuelanas mobilizam memórias sociais e práticas informacionais para preservar e reconstruir referentes identitários em contextos de deslocamento forçado. A pesquisa adota o método biográfico, com base em análise narrativa de entrevistas em profundidade, realizadas com três imigrantes que relataram suas trajetórias desde a Venezuela até Belo Horizonte. Busca-se compreender como essas narrativas de si são atravessadas por experiências de deslocamentos, dor, pertencimento e resistência. Tendo por referência os estudos de Halbwachs, Bosi, Ricoeur e Marteleto, evidencia-se que a memória não é apenas um repositório de lembranças, mas um conjunto de práticas sociais e simbólicas que reorganiza experiências vividas, permitindo aos imigrantes reinscreverem-se em novos territórios geográficos e culturais. Nesse processo, o ato de narrar constitui prática informacional de pertencimento por meio do qual os imigrantes produzem sentidos sobre suas trajetórias e constroem imagens de coragem, dignidade no trabalho e resistência frente à exclusão. Ao articular memória, narrativa e informação, o estudo destaca a dimensão simbólica das práticas discursivas dos imigrantes, revelando como, em meio a desigualdades e exclusões, esses sujeitos constroem pertencimento e reivindicam reconhecimento social.

Palavras-chave: memória social; discursos identitários; narrativas de si; migração venezuelana; práticas informacionais

1 Introdução

Nos últimos anos, a América Latina assiste ao intenso deslocamento de cidadãos venezuelanos em decorrência da crise política, econômica e social que se agravou no país a partir da década de 2010. Esse cenário produziu um dos maiores fluxos migratórios recentes da região, levando milhões de venezuelanos a buscarem melhores condições de vida em países vizinhos. No Brasil, esse quadro

intensificou-se a partir de 2017, sobretudo pela fronteira de Roraima. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de cinco milhões de venezuelanos deixaram seu país na última década (ACNUR, 2025).

A experiência migratória, especialmente quando marcada pela urgência e pela precariedade, impõe aos sujeitos o desafio de reconstruir seus referenciais identitários em uma nova paisagem territorial e cultural. Nesse processo, a memória social e as narrativas de si, entrelaçadas às práticas informacionais, atuam como eixos estruturantes, permitindo que os sujeitos em deslocamento reconstituam marcadores identitários e produzam sentidos sobre o mundo. Atentando para isso, este artigo parte do pressuposto de que a memória social, mais que um repositório de fatos passados, expressa-se a partir de processos vivos de elaboração do presente e de articulação identitária. Em face disso, parte-se da compreensão de que a memória social e as práticas informacionais desempenham papel central na elaboração simbólica da experiência migratória.

Entretanto, no campo da Ciência da Informação, ainda são pouco investigados os modos pelos quais essas dimensões se articulam nas narrativas produzidas pelos próprios sujeitos em mobilidade. Assim, o presente estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira as narrativas de imigrantes venezuelanos mobilizam memórias sociais e práticas informacionais, tendo em vista reconstruir referentes identitários em contextos de migração forçada? Ao articular memória social, práticas informacionais e narrativas migrantes via escuta de histórias de vida, a pesquisa busca contribuir para ampliar o diálogo entre os estudos de memória no campo informacional, explorando a dimensão simbólica da informação em contextos migratórios.

De modo complementar, constitui nosso objetivo compreender como as experiências de deslocamento de imigrantes venezuelanos são rememoradas e reconfiguradas em função das novas condições sociais, culturais e simbólicas do país de acolhida. Para tanto, a partir das narrativas de vida de imigrantes venezuelanos que chegaram ao Brasil nos últimos anos, investiga-se como essas experiências são elaboradas e reinterpretadas pelos sujeitos. Essa abordagem se ancora em uma perspectiva que entende a memória como construção social e

coletiva (Bosi, 1994, 2003; Halbwachs, 1990), como narrativa que organiza o vivido (Ricoeur, 1991) e como resistência simbólica (Pollak, 1989).

O interesse por essa temática emerge do próprio contexto contemporâneo de intensificação dos fluxos migratórios na América Latina, especialmente a partir do deslocamento venezuelano, que passou a reconfigurar diferentes territórios brasileiros. A presença desses sujeitos em contextos urbanos como Belo Horizonte evidencia não apenas desafios institucionais e sociais, mas também processos complexos de reconstrução da vida, nos quais memória, pertencimento e identidade assumem centralidade. Nesse cenário, compreender como esses sujeitos elaboram suas experiências torna-se importante para o campo da Ciência da Informação, na medida em que permite problematizar a memória não apenas como registro do passado, mas como prática informacional e simbólica que organiza sentidos e sustenta formas de existência.

Assim, a memória será abordada aqui como um referente socialmente elaborado e atravessado por práticas informacionais situadas a partir das quais os sujeitos não apenas recordam, mas comunicam, negociam e reinterpretam sentidos de pertencimento. Entendemos, pois, que a escuta dessas narrativas mnêmicas nos permite visualizar os deslocamentos identitários e os modos como a memória e a informação são acionadas nos distintos processos de reconstrução simbólica de vínculos e da própria noção de si.

Por conseguinte, em situações de deslocamento forçado, onde marcos identitários são desestabilizados, a memória social atua como um dispositivo de reinscrição subjetiva, de reafirmação e, muitas vezes, de resistência. Expressa e compartilhada por meio de práticas informacionais (como a fala, o gesto e a produção de narrativas), a memória possibilita aos migrantes socializar e lutar pela preservação de suas histórias, produzindo sentido diante da fragmentação. Ao reconhecer esse processo como informacional, inscrevemos a memória no campo da Ciência da Informação, compreendendo-a como uma tecnologia social de reconstrução do vivido e de mediação do pertencimento.

Tendo em vista explorar essas dimensões, adotamos uma abordagem qualitativa centrada na escuta sensível de narrativas de vida de imigrantes venezuelanos em situação de deslocamento forçado, cujas experiências revelam

como a memória e a informação operam enquanto dispositivos simbólicos na reconstrução identitária.

A análise das narrativas permitiu identificar três eixos simbólicos recorrentes na reelaboração identitária dos participantes: a travessia heroica, a dignidade do trabalho e a resistência à xenofobia. Em conjunto, esses eixos evidenciam as narrativas de vida como práticas informacionais por meio das quais sujeitos migrantes reorganizam suas experiências e reivindicam pertencimento no novo contexto social. Por isso, para compreender esses processos de reconstrução de sentido, entendemos ser necessário discutir as relações entre memória social e identidade, categorias centrais para a análise das narrativas migrantes.

2 Memória social e (re)construção das identidades

A memória, longe de se apresentar como um mero acúmulo de lembranças individuais e de experiências vividas no passado, constitui-se em uma construção vinculada às relações e interações sociais estabelecidas no presente. As formas pelas quais os sujeitos recordam, narram e compartilham suas experiências estão diretamente associadas aos contextos coletivos em que estão inseridos (Halbwachs, 1925, 1990). Partindo desse pressuposto, a presente seção propõe refletir sobre a memória social como um processo dinâmico de construção do “si” (isto é, da identidade) em permanente diálogo com os marcos simbólicos e afetivos compartilhados com os “outros” e com os grupos sociais a que pertencem.

Situados nesse campo de reflexão, autores como Maurice Halbwachs (1925, 1990) e Ecléa Bosi (1994, 2003) oferecem contribuições importantes ao demonstrarem que a memória é, essencialmente, coletiva. Ela só pode ser compreendida a partir dos contextos sociais que a sustentam e das formas pelas quais o passado é continuamente reinterpretado no presente. As interações sociais, as convenções culturais e o ambiente simbólico em que os sujeitos estão inseridos exercem papel decisivo na constituição de uma memória que se revela, ao mesmo tempo, pessoal e social.

Ecléa Bosi (1994, 2003) propõe uma abordagem da memória social vinculada à escuta e à subjetividade dos sujeitos. Para a autora, a memória é uma

forma de resistência simbólica, sobretudo entre grupos historicamente marginalizados como os idosos, os subalternizados e os exilados. Em sua concepção, lembrar é um ato carregado de afetos, escolhas e silêncios. Isso quer dizer que o sujeito mnêmico reconstrói seu passado a partir das marcas deixadas pelas experiências vividas e as condições atuais que possibilitam narrá-las. A autora enfatiza, portanto, que a memória é viva, situada e relacional.

Dito de outra maneira, a memória social é um fenômeno que articula o coletivo e o individual, o objetivo e o afetivo, o passado e o presente. Ela não é um espelho fiel da história, mas uma forma ativa de produzir sentido, de sustentar identidades, de construir pertencimentos e de resistir ao apagamento. Em contextos como o da migração forçada, a memória social desempenha um papel importante, pois permite aos sujeitos reorganizarem sua trajetória diante da ruptura, reinscreverem-se simbolicamente em novos territórios e afirmarem, por meio da palavra, sua continuidade e dignidade (Halbwachs, 1925, 1990; Bosi, 1994, 2003).

É, ainda, peça importante na construção das identidades, ao funcionar como sistema simbólico por meio do qual os sujeitos interpretam seu passado, organizam suas experiências no presente e se posicionam no mundo. Em face disso, Jan Assmann (2008) destaca o conceito de memória cultural, que opera como um repositório de símbolos, imagens e valores compartilhados e que são continuamente atualizados nas práticas sociais, permitindo que os grupos mantenham um senso de continuidade mesmo diante da mudança. Desse modo, a memória social atua como um elo entre passado, presente e futuro, sustentando identidades em contextos de instabilidade ou rupturas (como é o caso das experiências migratórias) onde o sujeito precisa reconstruir quem é a partir daquilo que lembra, transmite e compartilha com os outros.

Não obstante, é preciso fazer notar que as identidades não são representações fixas ou estáveis, mas construídas historicamente nos cruzamentos entre cultura, memória e relações de poder (Hall, 2003). Em contextos de migração forçada, as lembranças do país de origem e as experiências vividas no novo território tornam-se elementos centrais na reorganização das referências identitárias. Ao fornecer os marcos interpretativos que sustentam a identidade, a

memória social opera como campo de diferenciação, pois lembrar é, em grande medida, posicionar-se diante do outro. Para Woodward (2014), a identidade é definida por classificações que, muitas vezes, têm o poder de produzir desigualdades, justificando por que determinados grupos são excluídos ou acolhidos.

A identidade social também se constrói via processos de categorização e diferenciação entre grupos. Neles, os sujeitos se posicionam em relação aos outros e aos sistemas de valores socialmente compartilhados (Deschamps; Moliner, 2009). De igual maneira, a forma como os sujeitos e grupos se percebem está diretamente vinculada às fronteiras simbólicas que estabelecem com aqueles que são considerados diferentes. Com isso queremos dizer que a identidade não se afirma apenas por aproximação, mas também pela distinção, e é justamente nesse espaço de encontros e tensões entre o “nós” e o “outro” que são articulados muitos dos sentidos sociais compartilhados. Essa validação da alteridade torna possível deslocar o foco da simples diferenciação para a maneira como o outro é simbolicamente integrado aos sistemas de significado do grupo (Hall, 2003; Deschamps; Moliner, 2009).

É, pois, na relação com o outro que o sujeito organiza a base para se reconhecer como tal, sendo essa alteridade o que possibilita a afirmação de sua identidade (Ricoeur, 1997). Em se tratando de grupos de pessoas desterritorializadas, esse processo é ainda mais sensível e simbólico, posto que, conforme aponta Manguel (2008, p. 128): “[...] vivemos num mundo de fronteiras e identidades fluidas”. Em uma realidade marcada por fronteiras cada vez mais permeáveis, os fluxos migratórios transformam as identidades em construções dinâmicas e múltiplas. Nesse cenário, o sujeito se vê desafiado a redefinir continuamente seus vínculos de pertencimento, ajustando-os às mudanças que se expressam nos territórios simbólicos e sociais que o cerca.

A experiência migratória desafia, pois, a constituição de identidades estáveis e exige a reorganização contínua das referências simbólicas que sustentam o “eu”. Nesse contexto, a informação emerge como um elemento central, não apenas como dado ou conteúdo a ser transmitido, mas como um espaço de disputas simbólicas e de construção de sentidos. As práticas

informacionais, as narrativas produzidas e as memórias mobilizadas pelos sujeitos em trânsito revelam as dinâmicas de pertencimento, resistência e negociação que permeiam os processos de (re)construção identitária. Com isso, a articulação entre memória, identidade e alteridade revela que essas dimensões são pautadas por práticas informacionais, as quais se tornam campos de disputas simbólicas, discussão que será aprofundada na próxima seção.

3 Informação como produto social em disputa: práticas, narrativas e memória

A informação, longe de ser um dado neutro ou puramente técnico, constitui-se como produto social, situado e carregado de sentidos. No contexto migratório, especialmente em deslocamentos forçados, os modos como os sujeitos produzem, compartilham e preservam informações revelam dimensões simbólicas ligadas à sua luta por reconhecimento e pertencimento. Ao narrarem suas trajetórias, os imigrantes não apenas transmitem dados, mas constroem sentidos sobre si mesmos, organizam o vivido e disputam espaços de fala. Assim, a informação deve ser considerada para além de sua dimensão pragmática – a de informar – posto funcionar, também, como referente simbólico com potencial performativo, identitário e político. Partindo dessas premissas, nos propomos a analisar como as práticas informacionais se articulam enquanto práticas simbólicas, entrelaçando memória e subjetividade na construção de sentidos e na afirmação de pertencimentos (Araújo, 2017; Marteleto, 1995).

Compreender a informação como produto modulado por práticas sociais nos permite deslocá-la de uma perspectiva instrumental ou técnica para um campo relacional, situado e performativo. Nesse sentido, Araújo (2017) debate sobre o conceito de prática informacional, indicando que ele diz respeito às ações pelas quais os sujeitos selecionam, significam, comunicam e preservam informações a partir de contextos socioculturais específicos. A informação, portanto, não é concebida como um conteúdo objetivo e universal, mas como uma construção social em permanente negociação, vinculada a disputas simbólicas, relações de poder e dinâmicas de pertencimento (Araújo, 2017; Martins, 2015).

Amparado pela historicidade dos estudos de usuários da informação, Araújo (2017) demonstra como a perspectiva das práticas informacionais se diferencia das abordagens anteriores, centradas em “uso” e “comportamento informacional”. O autor recupera as tradições intelectuais das Ciências Humanas e Sociais para demarcar como o conceito de práticas informacionais busca superar a dicotomia entre subjetivismo (ação individual) e objetivismo (estruturas sociais), discutindo modelos teóricos que enfatizam a relação entre informação, contexto e ação. Ao fazer isso, ele ressalta o importante papel das dimensões simbólicas e culturais nas interações com a informação. Daí a necessidade de se entender a informação como prática social situada e simbólica, destacando, igualmente, que ela nunca é neutra, mas construída e mediada socialmente.

Nesse sentido, a informação, ao invés de ser entendida apenas como um conteúdo codificável ou transmissível, passa a ser concebida como um processo de construção e de significação social. A escolha do que é relevante, do que deve ser lembrado ou esquecido, do que é compartilhado ou silenciado, revela disputas simbólicas que estão no cerne da construção informacional. O que implica dizer que as práticas informacionais refletem e, ao mesmo tempo, produzem visões de mundo, identidades, pertencimentos e exclusões (Araújo, 2017).

Regina Marteleto (1995), por sua vez, discute a construção do objeto informação a partir da ideia de cultura. Tomando-o como artefato e processo, e articulando conceitos como imaginário social, instituição e campo social, a autora argumenta que a informação não é um dado neutro ou apenas técnico, mas, antes, um fenômeno social e simbólico produzido e organizado de acordo com as relações de poder, as normas, os valores culturais e as instituições sociais.

Assim, toda prática social pode ser qualificada como prática informacional e a informação deve ser vista como um elemento relacional e socialmente construído, que participa ativamente da organização da vida coletiva, da memória e das disputas de sentido na e sobre a realidade. Nessas relações, os sujeitos não são meros receptores passivos, ao contrário, são agentes que buscam dar sentido às informações a partir de seus contextos históricos, culturais, linguísticos, políticos e sociais. A construção informacional é, com isso, um processo orgânico e dinâmico que não apenas circula, sendo construído e reconstruído nas

interações, e modulado pelas experiências, percepções e posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social (Marteleto, 1995).

Esse entendimento dialoga com a perspectiva de Bourdieu (2003, 2004), que considera a informação (assim como outros bens simbólicos) como parte integrante das disputas de poder no campo social. O autor nos ajuda a compreender como as narrativas e as práticas informacionais se inserem em lógicas de poder que estruturam o campo e o mundo das interações. Poder que não se manifesta apenas por meio da força ou da economia, mas também pelas classificações sociais, pela hierarquização de sentidos e pelos sistemas de legitimação que naturalizam as relações de dominação. Esse poder simbólico atua de forma invisível, moldando as percepções e as ações dos sujeitos por meio de disposições incorporadas, o *habitus*, e pelas instituições que definem o que é legítimo ou marginal.

Isso evidencia que a produção do conhecimento é sempre atravessada por disputas, estratégias de legitimação e formas de capital cultural e simbólico que influenciam o que é reconhecido como verdade. As práticas informacionais (enquanto construções simbólicas) também operam em campos de disputas por reconhecimento, legitimidade e pertencimento. Nesse contexto, os sujeitos constroem suas identidades (seus discursos de identificação) a partir de posições sociais específicas e de relações de poder que modulam o acesso à palavra e à memória, transformando a informação em um recurso estratégico de afirmação de si e de resistência (Bourdieu, 2003, 2004).

Complementando essa análise, Ana Amélia Lage Martins (2015) argumenta que a informação deve ser compreendida como produto e prática social situada. A pesquisadora destaca que os sujeitos engajados em contextos de disputa (como os movimentos sociais, por exemplo) constroem sentidos e atribuem legitimidade à informação a partir de suas posições em campos sociais específicos, mobilizando narrativas como instrumentos estratégicos para confrontar discursos hegemônicos e afirmar identidades. Ao dialogar com Marteleto (1995) e Bourdieu (2004), Martins (2015) defende que a informação não pode circular como dado neutro, posto expressar sentidos que atravessam as

relações sociais e os sistemas de poder, funcionando como capital simbólico e recurso estratégico de pertencimento e resistência.

As práticas informacionais não se restringem, portanto, a processos técnicos ou cognitivos: envolvem ações interpretativas e políticas, impactando no modo como os sujeitos percebem o mundo, agem e constroem suas identidades. Nesse contexto, as narrativas de si podem ser percebidas como práticas informacionais que articulam dimensões simbólicas, expressando e organizando sentidos sobre sua própria intersubjetividade e a realidade social, campo onde ela ganha sentido. Ou seja, as narrativas não apenas transmitem dados, mas constituem processos discursivos nos quais os sujeitos reorganizam e atribuem significado às suas experiências. Assim, transformam a informação em instrumento de construção simbólica, mediando relações de poder e disputas por reconhecimento. Em paralelo a isso, reafirmam a centralidade da informação como fenômeno cultural e político (Marteletto, 1995; Bourdieu, 2003, 2004; Martins, 2015).

Não obstante, as narrativas constituem dispositivos simbólicos fundamentais para a organização do vivido, permitindo que os sujeitos atribuam coerência às experiências e construam sentidos sobre si e sobre o mundo (Medina, 2003; Bruner, 2014). Nesse sentido, não devemos perder de vista, conforme indica Thompson (2011), que a produção e a circulação das narrativas são atravessadas por disputas simbólicas e negociações de sentidos, funcionando, por vezes, como espaços de contestação que reconfiguram o lugar social daqueles historicamente silenciados ou marginalizados.

Michael Pollak (1989) chamou esses espaços de contestação de memórias subterrâneas: lembranças que não encontram eco nos discursos oficiais ou que são negadas pelas narrativas hegemônicas. Elas dizem respeito a experiências de grupos que sofreram violência simbólica, estigmatização ou exclusão, sendo frequentemente invisibilizados pelas instituições e pela história oficial. Esse ponto de vista dialoga com o de Ecléa Bosi (1994, 2003), que destaca a memória como um dispositivo de resistência simbólica, sobretudo entre grupos marginalizados, evidenciando que lembrar também é afirmar a identidade e contestar o esquecimento social.

Por conseguinte, as memórias silenciadas se referem a relatos e lembranças que foram reprimidos ou deslegitimados por mecanismos de poder que definem quais histórias podem ser contadas e reconhecidas como legítimas. Já as memórias subterrâneas são aquelas que sobrevivem em espaços sociais restritos (como redes familiares, associações locais e movimentos sociais) resistindo ao apagamento simbólico e atuando como contramemórias que desafiam as narrativas dominantes (Pollak, 1989). Essa dimensão subterrânea da memória mostra que lembrar também é resistir e reivindicar pelo uso da palavra.

Nessa mesma direção, Michel Foucault (1995) propõe o conceito de formações discursivas, compreendendo as narrativas – inclusive as narrativas de si – como arenas de enunciação que desafiam as verdades instituídas e que também permitem o surgimento de contramemórias. Para ele, os discursos não produzem uma verdade única, posto serem campos de disputa e negociação de sentidos sempre abertos a resistências e contradições. Nesse processo, a memória (entendida como prática discursiva) articula informações do passado com vozes silenciadas, tensionando discursos hegemônicos e abrindo caminhos para novas formas de significar a experiência vivida.

Desse modo, as narrativas são essenciais para articular memória e informação, funcionando como práticas informacionais que organizam, comunicam e negociam sentidos sobre a vida. É nesse movimento que emergem processos de resistência, pertencimento e construção identitária, evidenciando a informação como prática social situada e politicamente engajada (Araújo, 2017; Bosi, 2003; Pollak, 1989).

Conceber a informação como prática social e simbólica permite, pois, entender as narrativas de imigrantes venezuelanos como formas de resistência e afirmação identitária. Mais do que relatar trajetórias, essas narrativas constroem contramemórias e produzem pertencimento, transformando vivências fragmentadas em referentes coletivos que buscam legitimação no território de acolhida.

Explicita-se, então, uma aproximação entre os conceitos de memória social e de práticas informacionais na medida em que ambos se constituem e atualizam-se nas e pelas interações sociais. A memória social, como discutem

Halbwachs (1925, 1990) e Bosi (1994, 2003), não é, tão somente, a soma de lembranças individuais, mas uma construção relacional e coletiva ancorada em marcos simbólicos que dão sentido ao passado, contribuindo ativamente para as ações de construção e ressignificação das identidades. De modo semelhante, a perspectiva das práticas informacionais proposta por Araújo (2017), Marteleto (1995) e Martins (2015) compreende a informação não como um dado neutro, mas como processo social permeado por relações de poder, valores culturais e negociações simbólicas. Nesse sentido, tanto a memória quanto a informação são práticas vivas e situadas, mediadas por interações, afetos e disputas por reconhecimento; uma mobilizando a outra continuamente. São, à vista disso, processos sociais fundamentais para a construção de pertencimentos e para a afirmação de discursos identitários em contextos de transformação social.

4 Percurso metodológico: escutando narrativas migrantes

Este estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada no método biográfico e na análise narrativa das histórias de vida de três imigrantes venezuelanos em situação de deslocamento. Essa opção metodológica se justifica por sua potência na ativação de memórias e na articulação de identidades, permitindo acessar os modos pelos quais os sujeitos constroem sentidos sobre si e sobre suas trajetórias. Além disso, nossa escolha está em consonância com abordagens que compreendem a narrativa como dispositivo de produção e interpretação de experiências sociais (Bertaux, 2010; Alberti, 2004; Amado; Ferreira, 2006).

No que tange à sua execução, as entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado, o que possibilitou certa flexibilidade para que os entrevistados pudessem elaborar livremente suas histórias e memórias. O roteiro foi organizado em torno de eixos temáticos relacionados à trajetória migratória, às memórias do país de origem, às experiências de deslocamento e aos processos de reconstrução da vida no Brasil. As falas foram registradas em áudio, transcritas integralmente e analisadas. O trabalho de campo foi conduzido em casas de apoio a migrantes em Belo Horizonte, onde os participantes foram identificados a partir da intermediação de instituições que atuam no acolhimento de imigrantes

venezuelanos. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos para preservar sua identidade e a pesquisa foi conduzida em conformidade com os preceitos éticos para estudos com seres humanos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (Parecer n. 3.599.274).

Foram realizadas entrevistas com três imigrantes venezuelanos que narram trajetórias migratórias distintas, o que permitiu explorar diferentes experiências de deslocamento e reconstrução da vida no Brasil. O primeiro entrevistado foi o senhor Manuel, 44 anos, casado, pai de sete filhos e que saiu da Venezuela em 2019. A segunda entrevistada foi Maria, 28 anos, casada, com um filho, também migrante desde 2019. O terceiro entrevistado foi o José, 19 anos, solteiro, sem filhos e que saiu da Venezuela em 2018.

As entrevistas foram conduzidas em uma combinação de espanhol e português, refletindo a situação linguística dos participantes no momento da pesquisa. Embora o espanhol seja a língua materna dos entrevistados, muitos já se comunicavam bem em português. As poucas adequações linguísticas tiveram caráter apenas formal, não alterando o conteúdo ou o sentido do discurso enunciado.

A análise priorizou a dimensão simbólica das narrativas, tendo por centralidade a observação do modo como as memórias emergiam e se constituíam enquanto práticas informacionais reveladoras das estratégias de ressignificação identitária. Dessa forma, o percurso metodológico articulou escuta, análise narrativa e memória social. Isso permitiu apreendermos como os sujeitos em mobilidade reconstroem, por meio da fala e da memória, um espaço simbólico de pertencimento e reconstrução de si.

5 Análise das narrativas: rememorar para pertencer

A leitura comparativa das entrevistas permitiu identificar três eixos interpretativos recorrentes nas narrativas dos imigrantes venezuelanos: (1) a travessia heroica, (2) a dignidade do trabalho e (3) a resistência à xenofobia. Esses eixos emergem das formas pelas quais os participantes narram suas experiências de deslocamento, mobilizando memórias, valores e referências simbólicas para reconstruir sentidos de pertencimento e identidade.

As narrativas de Manuel, Maria e José permitem vislumbrar como a memória social atua enquanto eixo estruturante na reconstrução simbólica dos discursos identitários em contextos de deslocamento forçado. O processo de rememoração se revelou marcado por sentimentos ambíguos: dor, perda, superação e orgulho. Lembrar, para esses sujeitos é, também, reivindicar o reconhecimento de quem são e quem desejam continuar a ser.

Ao serem convidados a compartilhar suas trajetórias, foi possível notar um gesto comum a todos, uma respiração profunda antes da fala, como se preparassem o corpo e a memória para o que viria. Disso se evidencia que o processo de lembrar requer um esforço no sentido de revisitar o passado e reviver os acontecimentos, envolvendo não apenas reconstruir memórias, mas também reorganizar experiências de vida, emoções e significados para torná-los apreensíveis no presente. Como sugere Halbwachs (1925), recordar implica reconstruir o passado a partir de referências sociais compartilhadas.

O processo de rememoração envolve, ainda, um trabalho ativo de elaboração da experiência. Como destaca Bosi (2003), lembrar implica selecionar, interpretar e compartilhar marcas do passado. Ao narrar suas trajetórias, os participantes reorganizam o vivido e produzem sentidos para si, articulando passado e presente em um movimento de construção identitária (Ricoeur, 1997).

Uma experiência que, quando acontece de maneira forçada, pode ressignificar toda uma vivência. As entrevistas revelam como essa mudança de país marcou a trajetória de vida dos participantes. Apenas a mudança de país já requer um esforço de adaptação grande, quando ela acontece de forma repentina e em curto espaço de tempo, as repercussões podem ser ainda mais avassaladoras:

MARIA: Muda você por inteiro. É uma coisa assim... como posso dizer... muda a sua vida inteira, e muda você também. Eu costumo dizer que tudo o que vivi, toda essa experiência marcou a minha vida, de antes e depois. Não fui mais a mesma e acho que nunca mais serei aquela Maria (sic) da Venezuela¹.

A reconfiguração da identidade em contextos de migração forçada incide sobre o campo intersubjetivo, emocional e cultural. É nesse espaço de dor e ruptura que os imigrantes constroem narrativas que os reposicionam social e simbolicamente. Embora marcada por perdas, essa experiência também convoca à resiliência e à reorganização do “si”. Ao narrar suas trajetórias como percursos de superação, os sujeitos mobilizam uma lógica simbólica que os aproxima da figura do herói, aquele que enfrenta provações e ressignifica sua dor como força, resiliência e coragem. Essa construção, inscrita na memória social, se fortalece no compartilhamento de experiências, permitindo ao migrante não apenas sobreviver, mas afirmar sua dignidade em um novo território físico e simbólico.

Manuel relata que a decisão de deixar seu país de origem foi marcada por dilemas pessoais e exigiu coragem. Em sua fala, ele se apresenta como um homem corajoso e um sobrevivente, termos que reforçam uma autoimagem de resistência. O mesmo ocorre com os outros dois participantes, Maria e José. Os relatos iniciais apontam para contextos dramáticos, nos quais foi necessário agir com determinação, bravura e um destemor que, por vezes, evocam elementos típicos das narrativas heroicas. Desse modo, mesmo diante do sofrimento, as memórias são reconstruídas como trajetórias de superação, compondo uma imagem de força que se aproxima da lógica simbólica da jornada do herói².

O que os sujeitos recordam e expressam não é apenas o que viveram, mas o que conseguem significar a partir de referências socialmente disponíveis (Halbwachs, 1925). Ao narrar suas trajetórias como jornadas de superação, os imigrantes mobilizam esse repertório simbólico herdado do plano cultural, inscrevendo suas experiências pessoais em molduras compreensíveis e socialmente valorizadas.

Ao se apresentarem como heróis, os imigrantes não estão reivindicando feitos épicos no sentido clássico, mas atribuindo valor a experiências do cotidiano: atravessar fronteiras, manter a família, começar do zero. Isso é

particularmente importante no contexto da memória social, pois ela não se limita a grandes eventos oficiais – ela se constitui a partir daquilo que Ecléa Bosi (2003) chama de “memória viva”: aquela que nasce das vozes comuns, dos testemunhos dos que viveram os acontecimentos. Ao se posicionarem narrativamente como heróis, esses sujeitos deslocam a centralidade da memória para suas próprias vivências, inscrevendo nelas a legitimidade e o valor que muitas vezes lhes são negados institucionalmente.

Nesse processo, a memória não tem a ver apenas com a evocação de fatos passados, mas com um campo simbólico de reconstituição da experiência, em que o sofrimento é reelaborado à luz de valores coletivos como a coragem e a superação. A memória social é uma memória viva (Bosi, 2003), construída na interlocução com o outro e atravessada por afetos, silêncios, escolhas e esquecimentos. Assim, mesmo diante da dor, os participantes tecem narrativas que constroem uma imagem de força e bravura, onde o sujeito, deslocado de seu mundo original, enfrenta provações e transforma sua identidade ao longo do caminho.

Ao relatarem suas trajetórias como marcadas por coragem, superação e dignidade frente à adversidade, os imigrantes não apenas recordam experiências, mas as reinterpretam à luz de valores socialmente compartilhados, como a força, o sacrifício e a sobrevivência. Nesse sentido, mobilizam referências simbólicas e afetivas que lhes permitem dar coerência ao sofrimento vivido, transformando o trauma em narrativa de valor. A dor da migração forçada, a perda dos vínculos de enraizamento³ e o deslocamento são assim reelaborados dentro de um enquadramento que dignifica o vivido, ancorando a experiência pessoal em novos marcos coletivos de reconhecimento e pertencimento.

Se por um lado a imagem do herói oferece um enquadramento simbólico para narrar a travessia e ressignificar a dor, por outro ela não esgota os modos pelos quais os imigrantes constroem sentido para sua experiência. À medida que as entrevistas avançam, torna-se evidente que, além da coragem e da resistência, há um esforço constante de afirmar o valor por meio do trabalho. Essa dimensão prática e cotidiana emerge como outro eixo estruturante da identidade migrante, revelando que a reconstrução do “si” passa também pela autodefinição como

sujeito produtivo, digno e comprometido. É nesse ponto que a figura do trabalhador ganha centralidade nas narrativas, expressando não apenas uma ocupação ou meio de sobrevivência, mas uma estratégia simbólica de pertencimento e valorização social no novo contexto.

Percebe-se, com isso, uma necessidade de legitimar sua presença no Brasil, o que se expressa no esforço constante de demonstrar sua utilidade para a sociedade de acolhida. Como se sua presença só fosse validada na medida em que conseguem se mostrar necessários e produtivos. Nesse sentido, Abdelmalek Sayad (1998) afirma que a presença de migrantes, como são os nossos entrevistados, somente é tolerada mediante a ilusão social de três vias de aceitação: a neutralidade política, a provisoriedade e a existência pelo trabalho. Não sem razão, os três relatos dão conta da existência pelo trabalho, exaltando certas habilidades e aptidões. Manuel, por exemplo, falou bastante sobre suas qualificações para o trabalho, reforçando sua experiência em mineração, siderurgia, mecânica, entre outras. Marca observada em todos os três relatos:

MARIA: Não podia trabalhar, não tinha com quem deixar meus filhos. Eu até procurei trabalho de cabeleireira, procurei, procurei e não achei.

MANUEL: Para mim essa viagem ao Brasil foi muito boa. Aqui aprendi muitas coisas como pai e pessoa, aprendi a valorizar muitas coisas como trabalho e família⁴.

JOSÉ: Procuro trabalho em refrigeração. Não tenho problema em carpintaria, mecânica [...] tenho cursos [...] ou numa fazenda... o importante é trabalhar⁵.

Ao chegarem à sociedade de acolhida, os venezuelanos precisam começar a trabalhar para continuarem sua trajetória na cidade (como alugar uma casa e trazer a família, por exemplo). Então, é natural que o trabalho ocupe um lugar de destaque nas falas. Porém, o autorretrato de pessoa trabalhadora e com muitas qualificações apareceu em todas as entrevistas, inclusive em momentos em que se abordava temas como o lazer:

MANUEL: Eu saio para entregar currículo. Já andei de ônibus, mas não ando muito não. Já andei muito de metrô [quando questionado sobre suas horas de lazer].

JOSÉ: Eu vou no parque, vou caminhando. Antes de trabalhar saía pra deixar currículos. Ajudar na cozinha, limpando as coisas da casa.

Os entrevistados se dizem trabalhadores incansáveis e que não precisam de horas de lazer a não ser para descansar para um novo dia de trabalho. O lugar do sujeito trabalhador é um traço forte nos relatos. A autodefinição como trabalhador funciona para os imigrantes como estratégia de reconhecimento social e de afirmação da dignidade. Em meio à instabilidade e ao deslocamento, eles legitimam sua presença no novo território e reforçam uma identidade produtiva e resiliente, sustentada tanto na memória coletiva quanto na valorização cultural do trabalho como princípio ético.

A isso se soma o fato da memória social não se limitar a evocar lembranças explícitas (Bosi, 2003), uma vez que está incorporada em práticas, gestos e narrativas que carregam sentidos do passado. Muitos imigrantes venezuelanos vieram de contextos em que o trabalho era central para a organização da vida familiar, comunitária e nacional. A reafirmação da identidade como trabalhador, portanto, é uma forma de manter viva certa continuidade biográfica e cultural, mesmo diante do rompimento radical imposto pelo desenraizamento.

Assumir-se como trabalhador é, ainda, uma forma de resistência simbólica. Frente à xenofobia e à desqualificação social, os imigrantes constroem narrativas que os posicionam como sujeitos produtivos, capazes, íntegros. Essa reinscrição identitária se dá em diálogo com a memória social, pois evoca sentidos coletivos que desafiam o estigma e reposicionam o imigrante como parte legítima do tecido social. É, portanto, uma forma de utilizar o passado e os valores culturalmente sedimentados como ferramentas ativas para afirmar presença e pertencimento no presente.

Nas narrativas dos imigrantes, além das imagens do herói e do trabalhador, também aparece a xenofobia como forma que atravessa estruturalmente seus discursos. A xenofobia pode ser entendida como o contraste simbólico contra o qual essas identidades são construídas. Ou seja, ao enfrentarem a rejeição, o preconceito e a desconfiança, os imigrantes constroem narrativas que reafirmam sua legitimidade: como heróis (por sobreviverem e resistirem), como trabalhadores (por contribuírem de forma digna) e como vítimas de injustiça, mas

não passivamente, antes, enquanto sujeitos que resistem e se afirmam apesar disso.

O preconceito sofrido, que se expressa em olhares, palavras, exclusões e mesmo barreiras institucionais, funciona como um pano de fundo hostil contra o qual esses sujeitos constroem suas identidades narrativas. Nesse contexto, eles não se veem apenas como heróis ou trabalhadores, mas como pessoas que resistem à injustiça, que insistem em existir e afirmar sua dignidade em um espaço que, muitas vezes, os rejeita. A xenofobia, ao mesmo tempo que fere, também convoca à elaboração de uma contranarrativa ou uma contramemória (Foucault, 1995), negociando e disputando significados: os imigrantes reivindicam reconhecimento justamente para as categorias que lhes são negadas: coragem, produtividade, honestidade. Em consequência, sua autoimagem se compõe por esses três eixos: o herói que enfrenta a travessia, o trabalhador que reconstrói a vida com esforço cotidiano e o sujeito que resiste à estigmatização, ressignificando a exclusão como potência de afirmação.

Na formação dessa autoimagem, a memória social atua como espaço de resistência, sobretudo entre grupos marginalizados (Bosi, 2003; Pollak, 1989). Nesse contexto, os relatos de xenofobia não são apenas denúncias, mas formas de afirmação de si por meio das quais os imigrantes ressignificam a exclusão a partir da ideia, do discurso da superação. Assim, a experiência da discriminação se transforma em marco simbólico que reforça sua legitimidade como heróis, trabalhadores e resistentes no novo território social:

JOSÉ: Em Boa Vista não podia sair na esquina que te roubavam, os brasileiros não gostavam de você porque era venezuelano.

MANUEL: [...] te olham mal, te tratam mal. Muita xenofobia [...].

MARIA: A vida de imigrante é muito dura pra falar a verdade.

A memória, nesse contexto, não apenas preserva o trauma, mas o transforma em elemento constitutivo de uma identidade combativa, elaborada por sujeitos que, apesar da exclusão, seguem lutando e existindo com dignidade. Frente ao silenciamento imposto pela sociedade dominante, os grupos estigmatizados constroem “memórias subterrâneas”, formas de lembrar que

resistem ao apagamento e conferem inteligibilidade à experiência marginalizada (Pollak, 1989).

Não obstante, ao rememorem suas trajetórias e se descreverem como heróis, trabalhadores e resistentes, os imigrantes constroem narrativas que não apenas resignificam a dor e enfrentam os estigmas a eles impostos, elas operam como formas de reorganizar simbolicamente a própria existência. Essas imagens se ancoram na memória social e funcionam como estratégias discursivas para enfrentar o desenraizamento e a exclusão.

De forma convergente, ao contarem suas histórias, os imigrantes não apenas preservam lembranças, eles produzem, organizam e comunicam sentidos sobre si e sobre o mundo, mobilizando um conjunto de práticas informacionais via estruturação das narrativas, da articulação das experiências vividas com valores compartilhados e da viabilização da inscrição simbólica desses sujeitos em novos contextos sociais (Araújo, 2017). É nesse gesto narrativo que os imigrantes se tornam autores de suas próprias pertencas, desafiando os lugares que lhes são socialmente atribuídos e reivindicando, por meio da palavra, um lugar legítimo de existência.

Nessa perspectiva, a informação é compreendida não como um objeto neutro, mas como uma construção mediada por disputas simbólicas e relações de poder (Araújo, 2017). Ao narrarem suas histórias de deslocamento, dor e resistência, os migrantes venezuelanos transformam experiências individuais em informações que circulam, criam vínculos e desafiam fronteiras simbólicas. Essa dimensão prática e situada da informação conecta-se diretamente à noção de memória social, tal como formulada por Halbwachs (1990) e aprofundada por Ecléa Bosi (2003), que compreendem a memória como um fenômeno coletivo, relacional e dinâmico.

Isso se evidencia quando as histórias sobre coragem, trabalho e resistência são mobilizadas não apenas como relatos do vivido, mas como ações simbólicas que disputam o lugar social e reivindicam pertencimento. Esses sujeitos transformam suas experiências em informação socialmente mediada, reconstruindo a memória individual e coletiva de forma a desafiar estigmas e como meio de afirmação da dignidade. Essa dimensão simbólica da informação

revela, segundo Araújo (2017), Marteleto (1995) e Martins (2015), que a informação não é neutra nem descolada das relações de poder; ela é, antes, uma forma de agir no mundo, de resistir e de reorganizar o lugar de si e dos outros na sociedade.

Ao reivindicarem imagens de coragem, dignidade no trabalho e resistência frente à exclusão, os imigrantes ativam processos informacionais com forte dimensão política, voltados à conquista de visibilidade e reconhecimento. Suas narrativas funcionam como estratégias de resistência simbólica que desafiam estigmas e afirmam pertencimento, evidenciando que a produção de memória é, também, produção de informações em espaços de disputa (Araújo, 2017; Marteleto, 1995; Martins, 2015).

De igual maneira, a forma como esses sujeitos narram suas histórias, os termos que escolhem, os episódios que destacam ou silenciam, refletem estratégias discursivas e informacionais para resistir à invisibilização, afirmar sua dignidade e reivindicar reconhecimento. Suas narrativas são processos comunicativos e simbólicos enraizados em seus contextos de vida, que operam na intersecção entre memória e identidade.

A construção da identidade migrante articula, nesses termos, memória, narrativa e informação como instrumentos de resistência e reconstrução simbólica. Como destaca Paul Ricoeur (1997), a identidade não é uma essência fixa, mas se constitui no ato de narrar, articulando passado, presente e futuro. Nas trajetórias de migração forçada, as histórias dos deslocamentos, dos obstáculos e dos recomeços se tornam marcos simbólicos que sustentam a identidade em movimento.

Além disso, como aponta George Gerbner (1999), as narrativas midiáticas e institucionais têm grande influência na forma como a sociedade de acolhida percebe o imigrante, muitas vezes reduzindo-o a categorias simplificadoras como ameaça ou dependente de programas sociais. Nesse cenário, a produção de narrativas próprias emerge como forma de contestação. Ao contar suas histórias, os imigrantes deslocam o olhar dominante e se reinscrevem como sujeitos de valor, passando de objetos de discurso para agentes narrativos ativos. Esse direito

à palavra é, como destaca Gerbner (1999), uma forma de poder que define o que é legítimo, real e possível.

Por fim, Alberto Manguel (2008) nos lembra que narrar é, antes de tudo, uma forma de declarar existência: construir pertencimento e afirmar um lugar no mundo, mesmo em meio à descontinuidade, à perda e à exclusão. Para os imigrantes venezuelanos, a palavra torna-se abrigo simbólico: por meio dela, resgatam a memória, reconstroem vínculos e elaboram novas formas de habitar a si mesmos e o mundo. Ao transformar a dor em memória e a memória em caminho, as narrativas se tornam práticas de resistência e de esperança, permitindo-lhes, ainda que provisoriamente, encontrar um lugar que possam chamar de seu.

6 Considerações finais

Este artigo buscou compreender de que modo as narrativas de imigrantes venezuelanos mobilizam memórias sociais e práticas informacionais na reconstrução de referentes identitários em contextos de migração forçada. A partir da escuta e da análise narrativa de histórias de vida de três imigrantes acolhidos em casas de apoio em Belo Horizonte, foi possível observar como a memória social atua enquanto recurso simbólico fundamental para a reorganização das experiências de deslocamento e para a elaboração de sentidos sobre si e sobre o mundo.

A análise das entrevistas evidenciou, também, que o processo de rememoração não se limita à evocação de fatos passados, mas constitui uma prática informacional por meio da qual os sujeitos reorganizam simbolicamente suas trajetórias. Posto nesses termos, a leitura comparativa das narrativas permitiu identificar três eixos simbólicos recorrentes na reconstrução identitária dos participantes da pesquisa: a travessia heroica, a dignidade do trabalho e a resistência à xenofobia. Ao evocarem essas imagens os entrevistados reinterpretam experiências marcadas por ruptura, perda e deslocamento, transformando-as em narrativas de coragem, esforço e dignidade que reafirmam sua legitimidade no novo contexto social.

As narrativas constituem, a partir disso, espaços discursivos de resistência e de negociação simbólica onde os imigrantes venezuelanos transformam experiências de dor e exclusão em trajetórias de superação e de afirmação. Ao se apresentarem como heróis, trabalhadores e resistentes, esses sujeitos constroem uma autoimagem que desafia estigmas e reinscreve sua legitimidade no novo território social. Esse movimento revela que a memória social não se limita à preservação do vivido, dado ser uma prática política de reinscrição identitária.

De igual maneira, compreender a informação a partir de sua dimensão de prática informacional, como propõem Araújo (2017), Marteleto (1995) e Martins (2015), permite reconhecer que os sentidos construídos pelos imigrantes são atravessados por disputas simbólicas e relações de poder. Nesse cenário, as narrativas se tornam práticas informacionais estratégicas que organizam e comunicam sentidos sobre o vivido, resistindo às formas de invisibilização e exclusão. Assim, a articulação entre memória, narrativa e informação se revela como um campo de disputas simbólicas onde os imigrantes afirmam sua dignidade e constroem pertencimento.

No campo da Ciência da Informação, este estudo contribui para evidenciar como as narrativas migrantes podem ser compreendidas como práticas informacionais que articulam memória social, produção de sentidos e disputas simbólicas por reconhecimento. Recorrendo à análise das narrativas de vida de imigrantes venezuelanos, a pesquisa demonstra que a informação não se limita à circulação de dados, posto se configurar como prática social situada por meio da qual os sujeitos organizam experiências, constroem pertencimentos e reivindicam legitimidade no novo território em que se inserem. Dessa forma, o estudo amplia o diálogo entre os estudos de memória social e a perspectiva das práticas informacionais, oferecendo uma chave interpretativa para compreender a produção simbólica de identidades em contextos migratórios.

A despeito disso, como toda investigação qualitativa baseada em narrativas, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A análise foi realizada a partir de um número reduzido de participantes e de um recorte específico da experiência migratória venezuelana no Brasil, o que não permite generalizações sobre o conjunto dessa população. Igualmente, as narrativas

analisadas refletem experiências singulares situadas em determinados contextos sociais e temporais. Ainda assim, julgamos pertinente demarcar que o objetivo do estudo não foi produzir generalizações estatísticas, mas compreender, em profundidade, os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos às suas trajetórias de deslocamento.

Colocado nesses termos, o trabalho aqui relatado evidenciou que a memória social, o gesto narrativo e a informação, compreendidos como práticas simbólicas e relacionais, são fundamentais para entendermos a construção das identidades migrantes. As narrativas analisadas mostram que lembrar é resistir, narrar é pertencer e informar é, também, reivindicar reconhecimento. Em meio às fronteiras simbólicas e físicas que marcam o deslocamento, essas práticas se constituem como instrumentos de reconstrução do “si” e de afirmação de existência. São testemunhos vivos de que, mesmo em contextos de exclusão, os sujeitos seguem construindo e ressignificando seus lugares no mundo.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Emergências - Venezuela**. Genebra: ACNUR, 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/venezuela>. Acesso em: 16 mar. 2026.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são práticas informacionais? **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/ip.v2iespecial.20655>. Acesso em: 16 mar. 2026.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. *In*: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (org.). **Cultural memory studies**: an international and interdisciplinary handbook. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. 2. ed. Natal: EDUFRRN, 2010.

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRUNER, Jerome. **Fabricando histórias**: direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Counter-memory: the philosophy of difference. In: BOUCHARD, Donald F. (ed.). **Language, counter-memory, practice**: selected essays and interviews. New York: Cornell University Press, 1995. p. 111-196.
- GERBNER, George. The stories we tell. **Peace Review**, London, v. 11, n. 1, p. 9-15, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10402659908426225>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1925.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MANGUEL, Alberto. **A cidade das palavras**: as histórias que contamos para saber quem somos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MARTELETO, Regina. Cultura informacional: construindo o objeto informacional pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.613>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- MARTINS, Ana Amélia Lage. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da Marcha das Vadias. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -

Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **O si mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessaa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 128-150, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2283>. Acesso em: 16 mar. 2026.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu Tomas; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

Social memory, information, and identity in migration narratives

Abstract: This article analyzes how venezuelan migrant narratives mobilize social memories and informational practices to preserve and reconstruct identity references in contexts of forced displacement. The research adopts the biographical method, based on narrative analysis of in-depth interviews conducted with three immigrants who shared their journeys from Venezuela to Belo Horizonte. The study seeks to understand how these self-narratives are shaped by experiences of displacement, pain, belonging, and resistance. Taking as reference the studies of Halbwachs, Bosi, Ricoeur and Marteleto, it becomes evident that memory is not merely a repository of recollections, but a set of social and symbolic practices that reorganize lived experiences, allowing immigrants to re-inscribe themselves in new geographic and cultural territories. In this process, narratives function as informational practices of belonging, through which immigrants produce meanings about their trajectories and build images of courage, dignity in work, and resistance in the face of exclusion. By articulating memory, narrative, and information, the study highlights the symbolic dimension of immigrants' discursive practices, revealing how, amid inequalities and exclusions, these subjects construct belonging and claim social recognition.

Keywords: social memory; identity discourses; self-narratives; venezuelan migration; informational practices

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Uiara Lopes Miranda, Fabrício José Nascimento da Silveira

Coleta de dados: Uiara Lopes Miranda

Análise e interpretação de dados: Uiara Lopes Miranda, Fabrício José Nascimento da Silveira

Redação: Uiara Lopes Miranda, Fabrício José Nascimento da Silveira

Revisão crítica do manuscrito: Uiara Lopes Miranda, Fabrício José Nascimento da Silveira

Declaração de disponibilidade de dados

Todo conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo pode ser solicitado aos autores (ver autoria para correspondência).

Autoria para correspondência

Uiara Lopes Miranda
lopes.uiara@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

MIRANDA, Uiara Lopes; SILVEIRA, Fabrício Jose Nascimento da. Memória social, informação e identidade em narrativas migrantes. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-149271, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.149271>

Recebido: 18/08/2025

Aceito: 01/04/2026

Copyright (c) 2026 Uiara Lopes Miranda, Fabrício José Nascimento da Silveira. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.



¹ Entrevista de pesquisa concedida em 06 outubro 2019, na cidade de Belo Horizonte.

² A teoria da Jornada do Herói, proposta por Joseph Campbell (2007), descreve uma estrutura narrativa recorrente em diferentes culturas, na qual um personagem deixa sua vida cotidiana, enfrenta provações e retorna transformado. Mais que um roteiro literário, a ideia tem sido utilizada como metáfora para processos humanos de mudança e reconstrução de si. Nesse sentido, a experiência migratória narrada pelos participantes da pesquisa pode ser interpretada como uma jornada heroica involuntária: sujeitos que, diante da situação venezuelana, atravessam fronteiras, enfrentam obstáculos materiais e simbólicos e, ao ressignificar essas experiências em suas narrativas, constroem novas formas de identidade.

³ De acordo com Silveira (2014) e Simone Weil (1996), a noção de enraizamento expressa uma forma de estar no mundo. Diz de um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva, bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Assim, os “seres” enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes. Que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Uma cultura que impede a desagregação dos cidadãos e a paralisia do conhecimento. Em síntese, o que aqui se denomina de enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo através de práticas sociais transformadoras (Silveira, 2014, p. 135-136).

⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 06 outubro 2019, na cidade de Belo Horizonte.

⁵ Entrevista de pesquisa concedida em 09 novembro 2019, na cidade de Belo Horizonte.